

ALERTA JURÍDICO

Assunto: Alerta aos empresários – Reflexos do PL 1087/2025 sobre a tributação de lucros dividendos.

Data: 02 de outubro de 2025.

Emitente: Dra. Lirian Cavalhero - Ope Legis

Consultoria Jurídica

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

Na sessão de 1º de outubro de 2025, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, por unanimidade, o **Projeto de Lei nº 1087/2025**, que altera substancialmente as regras do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) e a tributação dos lucros e dividendos distribuídos pelas pessoas jurídicas.

A matéria segue agora para apreciação do Senado Federal e, posteriormente, para a sanção presidencial.

2. PRINCIPAIS MUDANÇAS APROVADAS

Isenção do IRPF

- Rendimentos de até **R\$ 5.000,00 mensais**: isentos.
- Rendimentos entre R\$ 5.000,01 e R\$ 7.350,00: desconto parcial com redução gradual.
- O 13º salário seguirá as mesmas regras de isenção e redução.

Lucros e Dividendos

- Isenção até R\$ 50.000,00 por mês.
- Valores acima desse limite: incidência de 10% de IR na fonte.
- Rendimentos anuais superiores a R\$ 600.000,00: aplicação de tributação mínima obrigatória, chegando a 10% para rendimentos acima de R\$ 1,2 milhão anuais.

3. REFLEXOS PARA EMPRESÁRIOS E EMPREENDEDORES

Até a aprovação deste PL, a tributação sobre lucros e dividendos recaía exclusivamente sobre a pessoa jurídica. Com a nova proposta, haverá incidência também sobre o sócio, configurando um modelo de dupla tributação.

Essa alteração impõe aos empreendedores e gestores a necessidade de:

- Avaliar o impacto da nova carga tributária sobre o resultado líquido.
- Considerar alternativas de reinvestimento dos lucros.

SHS, Quadra 06, Conj. A, Bloco C, Complexo Brasil 21, Salas 1.501 e 1.502 - Brasília/DF CEP: 70322-915 Telefones: (61) 3964-5600; 3964-5800; 3964-8300 | E-mail: opelegis@opelegis.com.br









- Reexaminar modelos societários e de distribuição de resultados.
- Estruturar planejamento tributário preventivo para mitigar riscos e custos adicionais.

4. CONCLUSÃO

Embora o texto ainda dependa de aprovação no Senado e de sanção presidencial, trata-se de um alerta imediato aos empresários e empreendedores brasileiros: a tributação da distribuição de lucros e dividendos tende a se tornar uma realidade em curto prazo.

> Dra. Lirian Cavalhero Ope Legis Consultoria Jurídica







